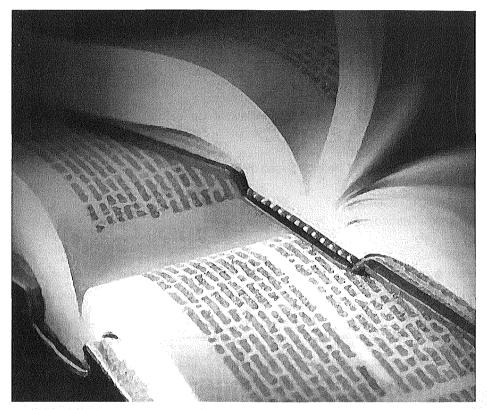
SÉRIE MONOGRAFIAS DO CEJ



A autonomia financeira do Poder Judiciário:

limites traçados pelo princípio da independência e harmonia dos Poderes

João Paulo Pirôpo de Abreu



STJ00098309

Copyright © Conselho da Justiça Federal – 2013

Tiragem:

2.600 exemplares

É autorizada a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte. As opiniões expressas pelos autores não são necessariamente

reflexo da posição do Conselho da Justiça Federal.

EDITORAÇÃO

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

Mariana Pinheiro Galvão Pereira - Secretária

Cyva Regattieri de Abreu - Subsecretária de Informação Documental e Editoração

COORDENADORIA DE EDITORAÇÃO

Edição e Revisão

Milra de Lucena Machado Amorim - Coordenadora

Ariane Emílio Kloth - Chefe de Edição e Revisão de Textos

Luciene Bilu Rodrigues - Servidora da Seção de Editoração e Revisão

Diagramação e arte-final

Helder Marcelo Pereira - Chefe da Seção de Programação Visual e Arte-Final

PROJETO GRÁFICO

Grau Design Gráfico

IMPRESSÃO

Coordenadoria de Serviços Gráficos da Secretaria de Administração do CJF

A162 Abreu, João Paulo Pirôpo de.

A autonomia financeira do Poder Judiciário : limites traçados pelo princípio da independência e harmonia dos Poderes / João Paulo Pirôpo de Abreu. – Brasília : Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2013.

288 p. - (Série monografias do CEJ; 17).

1. Poder judiciário, administração financeira. – 2. Organização judiciária. – 3. Separação de poderes. 4. Orçamento público. – I. Título. – II. Série.

CDU 347.97/.99

SUMÁRIO

AB	REVIA	TURAS		5		
INTRODUÇÃO						
1	PODI	ER, ESTADO E SOBERANIA	29	9		
	1.1	O PODER	29	9		
	1.2	PODER E ESTADO		5		
	1.3 ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E SOBERANIA					
	1.4	SOBERANIA E SEPARAÇÃO DE POI	DERES 50	0		
2	A SE	PARAÇÃO DE PODERES	5	9		
	2.1	FUNDAMENTO DA SEPARAÇÃO DE PODERES				
	2.2	BREVE HISTÓRICO SOBRE O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES				
		2.2.1 A evolução do Estado	66	8		
		2.2.2 A evolução da Teoria da Separação dos Poderes				
		2.2.2.1 As ideias de Aristó	iteles 7	6		
		2.2.2.2 As contribuições d	e John Locke 7	8		
		2.2.2.3 A contraposição er Montesquieu	ntre Rousseau e	1		
		2.2.2.4 A ideia da obra <i>O l</i>	Federalista8	5		
		2.2.3 A evolução da separação dos	s Poderes no Brasil 8	8		
	2.3	REGIMES DA SEPARAÇÃO DOS PO	DERES 9	2		
	2.4	A SEPARAÇÃO DOS PODERES E OS FUNDAMENTAIS	S DIREITOS 96	8		

STJ00098309

	2.5	CRÍTI	CAS À SEPARAÇÃO DOS PODERES	101
	2.6	A SUF	PREMACIA DO PODER EXECUTIVO	104
		2.6.1	A supremacia do Poder Executivo em Portugal	108
	2.7	о мо	DELO IDEAL DA SEPARAÇÃO DOS PODERES	110
3	DO P	ODER	JUDICIÁRIO	117
	3.1	CONC	CEITO DO PODER JUDICIÁRIO	117
	3.2	O PO	DER JUDICIÁRIO E O POSITIVISMO JURÍDICO	122
	3.3	0 CO	NTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	128
	3.4	ATIVI	SMO JUDICIAL	139
	3.5	A JUD	VICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA	142
		3.5.1	A judicialização da política e o aumento dos salários dos juízes	146
	3.6	A IND	DEPENDÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO	149
		3.6.1	A independência do Poder Judiciário na Espanha	156
		3.6.2	A independência do Poder Judiciário na América Latina	160
		3.6.3	A independência do Poder Judiciário e a Revolução Francesa	164
		3.6.4	A independência do Poder Judiciário e o Estado Democrático de Direito	165
		3.6.5	A interpretação da independência do Poder Judiciário	174
	3.7		IICIATIVA LEGISLATIVA DO PODER JUDICIÁRIO E O ME JURÍDICO DA REMUNERAÇÃO DA MAGISTRATURA	179
	3.8 A AUTONOMIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO PODER JUDICIÁRIO		TONOMIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO ER JUDICIÁRIO	184
	3.9	A SUF	PREMA CORTE NOS ESTADOS UNIDOS	187
	3.10		ONFLITOS DO PODER JUDICIÁRIO COM OS OUTROS ERES NOS ESTADOS UNIDOS	191

STJ00098309

4	0 P0	DER JUDICIÁRIO E A DEMOCRACIA	199			
	4.1	O CONCEITO DE DEMOCRACIA	199			
	4.2	CRITÉRIOS PARA A EFETIVAÇÃO DA DEMOCRACIA	204			
	4.3	A DEMOCRACIA E A CRISE DO DIREITO	206			
	4.4	A FUNÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO E A DEMOCRACIA	214			
	4.5	CONSTITUCIONALISMO	216			
	4.6	CONCEITO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	219			
	4.7	OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA	221			
	4.8	EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	223			
	4.9	A ATIVIDADE JURISDICIONAL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS	226			
	4.10	O PODER JUDICIÁRIO COMO GARANTIDOR DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	229			
5	O OR	ÇAMENTO	235			
	5.1	O ESTADO E O ORÇAMENTO	235			
	5.2	A CIÊNCIA DAS FINANÇAS E O ORÇAMENTO	240			
	5.3	CONCEITO DE ORÇAMENTO	245			
	5.4	NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO	249			
	5.5	A LEI ORÇAMENTÁRIA	255			
	5.6	FUNÇÕES DO ORÇAMENTO E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	261			
	5.7	A CONCEPÇÃO MODERNA DE ORÇAMENTO	264			
СО	NCLU	SÃO	269			
DE	PEEDÊNCIAS 27					